O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

KELLY THIAGO DA SILVA

RESUMO

O presente artigo visa abordar nos processos de ensino na educação infantil, buscando identificar que relevância os mesmos têm para tal processo. Ao ser inserida na escola, ocorre uma mudança em sua rotina, cabendo ao professor ter a sensibilidade e, com isso, a tarefa de ser o facilitador desse caminho inevitável que o educando deverá percorrer e, deverá fazer isso, não excluindo o lúdico de sua vida escolar. Portanto, ter-se-ão no desenrolar deste trabalho, os conceitos de brinquedo, brincadeira e jogos.

Palavras-chave: Lúdico; Brincadeira; Jogo; Cognição; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação escolar, ainda na infância, é um direito adquirido por lei. Toda criança tem o direito à educação, independentemente de idade, sexo ou nível social. No Brasil, a educação infantil é recente, contudo, é real e deve-se ter em mente que toda criança pode ser inserida no contexto escolar antes mesmo de completar um ano de idade.

Atualmente, as creches e escolas da educação infantil ainda possuem a responsabilidade de cuidar das crianças, primando por seu bem-estar físico. Contudo, a educação dessas crianças, bem como acesso à cultura e ao conhecimento, também deve fazer parte desta etapa de sua vida escolar. Assim, cuidar e educar são responsabilidade dos gestores e, também, dos professores da educação infantil.

Somente, a partir da Constituição Federal do ano de 1988 (BRASIL, 1988), é que a creche foi garantida como direito da criança, sendo, estendida a essa categoria da educação, a gratuidade do ensino como nas demais categorias educacionais.

Assim, sabe-se que durante o período em que a criança permanece no CMEI, ela possui necessidades tais como: comer, dormir, ir ao banheiro, e brincar. Os professores devem estar aptos e dispostos a exercerem tais funções de cuidado e educação, pois são necessidades básicas e indispensáveis que a criança possui.

Sendo assim, a brincadeira e o brinquedo fazem parte de tais necessidades, pois eram figuras presentes no cotidiano da criança, devendo também estar presentes agora, para seu desenvolvimento saudável e significativo. A pesquisa, aqui proposta, tem como objetivo demonstrar a importância do lúdico na infância, expressando que, mesmo se a criança já estiver frequentando a escola, não significa que as brincadeiras deverão ser excluídas de seu contexto escolar.

Ainda, buscar-se-á ressaltar que os jogos e brinquedos podem ir além do prazer e da recreação, tornando-os ferramenta didática em prol do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, um levantamento bibliográfico foi realizado, buscando conceitos em livros, revistas, artigos e internet.

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alfabetizar e letrar é entendido nesse estudo como ações indissociáveis uma da outra, compreendendo uma ação educativa que ultrapassa as paredes da sala de aula, envolvendo, portanto, práticas de ensino sociais. De acordo com as ideias de Goulart (2006):

> Podemos entender tal relevância no sentido da participação crítica nas práticas sociais que envolvem a escrita, mas também no sentido de considerar o diálogo entre os conhecimentos da vida cotidiana, constitutivos de nossa identidade cultural primeira, com os conhecimentos de formas mais elaboradas de explicar aspectos da realidade (GOULART, 2006, p. 453).

Como se percebe tanto o diálogo quanto a participação em práticas sociais implicam na capacidade do sujeito de se relacionar, ampliando seus horizontes atribuindo sentido ao ato de ler e escrever. Dessa forma, refletir sobre esse contexto envolve a interpretação, a compreensão e a fusão desses contextos na vida do aluno, de forma que a prática social vivenciada ressignifique a sua aprendizagem e amplie seu conhecimento de mundo.

É preciso, conforme complementa Barbosa (2003, 19), "que o aluno aprenda a ler e escrever, para que ele seja capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita Compreender a importância do ler e escrever nesta etapa de desenvolvimento da criança envolve oportunizar a eles momentos de trocas, onde o aluno saiba fazer uso social de diferentes contextos linguísticos, refletindo sobre o código a partir de uma prática de ensino ampla, de modo que com o passar do tempo ele não tenha complicações em seu ensino e aprendizado. E, desse modo, produzir, ele também, um conhecimento".

Desse modo para que o aluno chegue ao final do Ensino Fundamental I, sem dificuldades de aprendizagens é importante que

este compreenda que estar alfabetizado é muito mais que saber juntar letras, palavras, sílabas e formar frases, mas também, compreender a utilização do uso social de todas essas práticas e conhecimentos, e assim se alfabetizando na idade certa. De acordo com Kleiman (2007):

A diferença entre ensinar uma prática e ensinar para que o aluno desenvolva uma competência ou habilidade não é mera questão terminológica. Na escola, onde se predomina uma concepção da leitura e da escrita como competências, concebe-se a atividade de ler e de escrever como um conjunto de habilidades progressivamente desenvolvidas até se chegar a uma competência leitora e escritora ideal: a do usuário proficiente da língua escrita. Os estudos do letramento, por outro lado, partem de uma concepção de leitura e de escrita como práticas discursivas, com múltiplas funções e inseparáveis dos contextos em que se desenvolvem (KLEIMAN, 2007, p.2).

Diante dessa abordagem torna-se relevante trabalhar com as crianças, diferentes estratégias de ensino, de modo que estas consigam expor suas ideias, se expressando por meio da oralidade, do gesto, da comunicação, da informação e da sua sensibilidade, além de percepções ligadas a memória, atenção e concentração.

Assim diante dessa realidade plural, diversa e social, torna-se importante pensar em um modo diferente de entender a real importância que a leitura e a escrita representam para a criança, de modo a permitir que a manipulação, os sentimentos, a motivação, as competências, qualificações, limitações, comportamentos estabelecidos através dessa vivência, façam parte da vida da criança por toda a sua vida.

De acordo com Wallon (1995), a questão da alfabetização é algo mais profundo e que envolve questões afetivas intensas, pois para alfabetizar uma criança é necessário antes de qualquer coisa propor uma revolução nas formas de ensiná-lo. Deste modo acrescenta Kami (1991):

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele caminho que o professor considera o mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é educar para vida (KAMII, 1991, p.125).

Dessa forma, cabe à escola e aos educadores em especial, oferecer condições aos alunos para que estes possam adentrar nesse encantado mundo de significados e o mais importante que possam através dessas propostas superar suas dificuldades, exercitando seu raciocínio lógico e sua forma de perceber e ver as diferentes linguagens.

Assim, a compreensão da linguagem oral e escrita dentro do processo ensino e aprendizado do aluno, torna-se algo fundamentado em subjetividade e diversidades amplas, pois a partir do momento em que a ação lúdica realizada por meio do letramento é implementada ao planejamento do professor, a estruturação desse recurso de ensino torna-se algo real e concreto na visão da criança.

Jogar para aprender e se alfabetizar compreendem práticas lúdicas e simbólicas que ultrapassam os conhecimentos do senso comum, envolvendo uma dinâmica de ensino mais interativa, concreta e sólida.

Não se trata apenas de um brincar por brincar, mas de uma prática de ensino desafiadora, onde a criança do Ensino Fundamental passa a ser capaz de ampliar suas percepções, estabelecendo elos e paralelos importantes para que possam ler e escrever compreendendo e interpretando fatos e contextos importantes para se tornar realmente alfabetizado.

Segundo as considerações de Rizzi e Haydt (1987, p.14) “a ideia de aplicar o jogo à educação difundiu-se, principalmente, a partir do movimento da Escola Nova”, ou seja, onde o aluno passa a ser o centro da aprendizagem, sendo também a renovação de novas e velhas estratégias de ensino.

É pelo jogo que a criança tem a capacidade de adquirir toda uma autonomia e todo um conhecimento social, cultural, que viabiliza uma tomada de decisão, de modo que eles saibam fazer escolhas, vivendo a experiência do próprio jogar, entrando em contato com as regras, aprendendo a fazer uma reflexão em torno de diferentes experiências.

Aprender por meio do jogo é se tornar protagonista do seu próprio conhecimento é pensar com a cabeça, dialogar com a mente, é toda uma elaboração mental que determinada a melhor ação a se tomar. Neste caso o pensamento torna-se o eixo principal de toda essa ação, possibilitando que haja nos diferentes espaços uma troca e uma experiência coletiva múltipla e plural.

Contudo é importante compreender e perceber que em toda cultura as formas de brincar são diferentes, aprender a pensar por meio dessa habilidade, é uma forma de oportunizar a criança descobrir seu próprio mundo. De acordo com Rizzi e Haydt (1987):

O jogo é para a criança a coisa mais importante da vida. O jogo é nas mãos do educador, um excelente meio de formar a criança. Por essas duas razões, todo educador – pai ou mãe, professor, dirigente de mo-

vimento educativo – deve não só fazer jogar como utilizar a força educativa do jogo (RIZZI e HAYDT, 1987, p. 15).

Em posse dessa informação é preciso ter em mente que jogos, brinquedos e brincadeiras não são uma opção do professor em trabalhar com as crianças, mas um direito a ser garantido a todas as crianças, pois é por meio da iniciativa do brincar que ela passa a iniciar seus direitos como cidadão, ou seja, exercer sua cidadania por meio da liberdade da tomada de decisão, pois a partir do momento em que ela toma a iniciativa de brincar, manipular o objeto, mudar sua posição, ela está exercendo sua independência, sua autonomia, tendo opções de fazer escolhas sobre o que fazer.

Sendo assim "o papel da escola não é apenas democratizar o seu espaço, mas propor através de práticas enriquecedoras que o cidadão se torne autônomo e consciente em uma sociedade plural e democrática" Araújo, (1988, p. 44).

Segundo Saveli e Tenreiro (2011):

Para que isso aconteça é fundamental que o (a) professor (a), em primeiro lugar, reconheça nas brincadeiras e jogos um espaço de investigação e construção de diferentes aspectos do meio social e cultural em que as crianças vivem. É importante também que ele (a) veja a criança como sujeito ativo e criador no seu processo de construção de conhecimento e planeje para sua classe atividades a partir de conteúdos significativos para as crianças. Isso quer dizer que é preciso que o (a) professor (a) coloque as crianças em situações de aprendizagem de aspectos da realidade que elas estão buscando conhecer (SAVELI e TENREIRO, 2011, p. 130).

Partindo-se desse pressuposto e do valor educativo que o jogo apresenta, faz-se necessário a caracterização de brincadeiras lúdicas diversificadas, onde se possa constituir uma sociedade para todos, prevendo a melhoria da comunicação, da informação, da experimentação, visando um processo interativo rodeado por especificidades e práticas sociais significativas.

A formação do cidadão levando em consideração toda essa contextualização está relacionada a um discurso dialógico pautado na libertação do dialogo das palavras, das letras, das imagens, de modo que o cidadão seja capaz de fazer uma leitura de mundo e uma leitura linguística competente e significativa à ampliação de seus saberes.

Nesse processo em que a comunicação e a ludicidade das brincadeiras se configuram como um aliado do ensino, a colocação da língua e do seu uso social passa a fazer parte da realidade do próprio aprendiz, mas não de forma alheia as suas necessidades, mas de modo particular e subjetivo. Por esta razão é tão importante utilizar a fala e a simbologia das brincadeiras como forma de validar as informações levantadas e estudadas.

ENSINAR CONTANDO HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo estudos de Abramovich (1997), a contação de histórias para crianças é, com certeza, uma das primeiras maneiras de transmitir conhecimento e estimular a imaginação dos alunos. Por essa razão, a prática de contar histórias pode, e deve ser usada nas escolas, principalmente no segmento da educação infantil.

A atividade colabora com a reformulação do espaço de sala de aula, incentiva a criatividade e a manifestação de diversas formas de expressão. É uma prática pedagógica que colabora para o desenvolvimento da escrita e da oralidade, além de desenvolver a percepção de representações simbólicas (ABRAMOVICH, 1997).

A arte de contar histórias está presente na sociedade há muito tempo. A oralidade é um mecanismo antigo de propagação cultural. Por meio dela expressamos sentimentos, conhecimentos e experiências. A contação de histórias, em seu sentido mais amplo, é um mecanismo muito importante de manutenção de histórias e costumes. A maneira como as histórias são contadas também colabora para seu impacto nas pessoas. A entonação da voz, por exemplo, pode definir a forma como a informação será recebida e repassada (ABRAMOVICH, 1997).

Ao ouvir ou ler uma história a criança pode fazer associações das suas próprias vivências. O processo de identificação com as situações presentes nas histórias faz com que a criança desenvolva meios de lidar com suas dificuldades, sentimentos e emoções (ABRAMOVICH, 1997).

Esta ação é um estímulo à memória, porque resgata as experiências de cada aluno. Seja por meio da bagagem cultural ou de vida, o aluno consegue relacionar o texto com as histórias que atravessam sua família. É o primeiro passo para que a criança encontre na leitura um espaço para relações de memórias e afetos, além das possibilidades criativas (ABRAMOVICH, 1997).

A leitura é algo enriquecedor na formação do indivíduo. Além de ampliar o vocabulário e os campos de conhecimento, a leitura é um grande exercício para a imaginação. Ao ouvir uma história com atenção a mente humana tende a projetar no campo da imaginação o enredo da mesma. O mesmo acontece com leitura (ABRAMOVICH, 1997).

A convivência com a oralidade desde muito cedo pode aguçar o desejo pela leitura. E, nesse sentido, o universo de criatividade e curiosidade é expandido. A contação de his-

tórias envolve o livro e demonstra, na prática, os caminhos infinitos que a leitura abre à mente (ABRAMOVICH, 1997).

Engana-se quem acha que ouvir histórias é um ato de recepção. As reações que temos ao ouvir histórias contribuem, por exemplo, para trocas de visões de mundo. A contação de histórias está sempre aberta para o compartilhamento de opiniões e vivências de cada um. E, nesse sentido, ela invoca as formas individuais de expressão e observação do mundo (ABRAMOVICH, 1997).

Segundo Dominique Rateau, certos encontros nos transformam. Sejam eles com pessoas ou livros – com ou sem imagens –, eles nos transformam, nos abalam, nos surpreendem, nos desconcertam, nos desestabilizam... Questionando o sentido de nossas vidas, eles nos tornam vivos (BNCC, 2017. p.13). Acreditamos que os livros destinados às crianças, e que também encantam as pessoas de qualquer idade, "são, sobretudo experiências de olhar... De um olhar múltiplo, pois se veem com os olhos do autor e do olhar do leitor, ambos enxergando o mundo e os personagens de modo diferente, conforme percebem esse mundo [...] (ABRAMOVICH, 2003, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso e a função social com a efetividade da alfabetização das crianças de 6 a 8 anos de idade é algo que implica conforme pontuado nesta pesquisa, de embasamento teórico crítico, reflexivo e significativo, pois as crianças nesta idade necessitam dentre muitos fatores aprenderem brincando, aprender por meio de estratégias e práticas sociais significativas e permeadas por uma função social.

Portanto, para entender por que muitos alunos chegam ao final do Ensino Fundamental I sem ter aprendido a ler ou mesmo escrever, é preciso reflexão crítica sobre os conteúdos ensinados a essas crianças, pois o trabalho com a oralidade, com os jogos e as brincadeiras são tão importantes quanto a sistematização da própria escrita. Desse modo, para que os objetivos gerais especificados nesta pesquisa sejam significativos e propícios ao desenvolvimento da criança é preciso que o entendimento da leitura e escrita seja acomodado e assimilado pelas crianças em tempo oportuno, ou seja, levando em consideração o tempo destinado a sua alfabetização que é dos 6 aos 8 anos de idade.

Por esta razão a escola e os professores devem se atentar as mudanças na forma de ensinar essas crianças a pensarem, oferecendo a elas uma multiplicidade de oportunidades para que possam ampliar seus conhecimentos, refletir sobre suas ações, revendo seus conceitos na validação de suas informações, e a partir desse posicionamento ter a possibilidade de avançar em suas hipóteses de leitura e escrita.

É preciso que esse processo não seja algo neutro ou desconecto do interesse da criança, mas, sobretudo que permita a eles uma maior interação com o mundo das letras, das sílabas e dos sons das palavras. Dessa forma o ideal é que se propicie um conjunto de ações em que eles possam brincar, jogar e aprender, favorecendo o desenvolvimento de suas funções motoras e intelectuais, e ainda auxiliando-os em sua formação e capacitação, visto que o espaço escolar deve ser a base dessa proposta educacional e não simplesmente a alienação que se prevalecia até alguns anos atrás.

Um dos aspectos mais importantes na elaboração de um ensino de qualidade é a coerência imprescindível entre sua prática e as metodologias desenvolvidas, dessa forma é preciso que haja sintonia entre esses dois processos, pois a elaboração da alfabetização, da leitura e da escrita não pode ser um momento individual ou solitário, mas sim um momento de construção compartilhada e de uma prática que priorize a construção dos saberes de todos os alunos ali inseridos.

Através dessa tradição oral muitas sociedades conseguiram preservar a sua cultura, e, consequentemente, deixaram um rico legado de saberes, crenças e tradições, pois cada geração tinha o dever de contar as histórias para as gerações seguintes Busatto (2003) E Patrini (2005):

O conto oral é uma das mais antigas formas de expressão. E a voz constitui o mais antigo meio de transmissão. Graças à voz, o conto é difundido no mundo inteiro, preenche diferentes funções, dando conselhos, estabelecendo normas e valores, atentando os desejos sonhados e imaginados, levando às regiões mais longínquas a sabedoria dos homens experimentados (PATRINI, 2005, p.118).

Podemos dizer que a contação de histórias configura-se como um ato de resistência e de preservação identitária, pois, mesmo com o advento de novas tecnologias de informação e comunicação, é um processo que perdura até os dias atuais e que ocorre em diversos ambientes de socialização, especialmente no núcleo familiar e na escola.

A formação de professores é um componente importante no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para ao desenvolvimento do trabalho com a literatura infantil na sala de aula. Sendo a criança, um ser ativo e construtor de conhecimento, entendemos que essa construção acontece mediante as relações sociais estabelecidas com o meio durante toda a vida e na escola com seus pares e com os estudos sobre professores, portanto, a ação docente é um fator de destaque na formação de leitores desde a mais tenra idade da criança. Consideramos,

pois, que as interações sociais exercem grande influência sobre o desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Glossário para educadores (as). 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ARAÚJO, Lívia Paulo de. As representações sociais de professores sobre a progressão continuada. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de janeiro, 2005.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In:AQUINO, Julio Groppa (org.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BARBOSA. José Juvêncio. Alfabetização e Leitura. São Paulo: Cortez, 2003. BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação / Ministério da Educação - Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Formação de Professores que ensinam Matemática no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2014.

_____. Plano Nacional de Educação. Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015. FROEBEL, Friedrich Letters to a Mother on the Philosophy of Froebel. Harris, W.T. (ed.) New York/London. D. Appleton and Company. 1912.

GOULART, Cecília. Letramento e modos de ser letrado: Discutindo a base teórico metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 450-460, dez. 2006.

KAMII, Constance. Piaget para educação pré-escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

KLEIMAN, Ângela. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. São Paulo: Contexto, 2005, p. 73 - 87. IN: Signo. ORLANDI, Eni P. Santa Cruz do Sul, v.32 n 53, dez, 2007, p. 1-25. NUNES, Célia Maria Fernandes. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. Edc. Soc., abr., vol. 22, 2001.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RIZZI, L.; HAYDT, R. C. Atividades lúdicas na educação da criança. São Paulo: Ática, 1987.

SAVELI, Esméria L; TENREIRO, Maria Odete V. Organização dos tempos e dos espaços na educação infantil. In: SAVELI, Esméria et al. Fundamentos teóricos da educação infantil. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2011.